

Terça-feira, 9 de Dezembro de 1986

# Conferência de Imprensa do Presidente Chissano

O Presidente do Partido Frelimo, Presidente da República Popular de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, Joaquim Alberto Chissano, concedeu na passada quinta-feira, em Maputo, uma conferência de imprensa a jornalistas nacionais e estrangeiros, durante a qual abordou diversos temas sobre a realidade moçambicana. Antes de se colocar à disposição dos mais de uma centena de jornalistas para responder às suas perguntas, o Chefe do Estado, em jeito de introdução, proferiu as seguintes palavras:

Antes de responder às perguntas dos senhores jornalistas, queria agradecer, em nome do Partido Frelimo e da República Popular de Moçambique, pelo interesse que a Imprensa nacional, evidentemente, mas sobretudo a Imprensa estrangeira, mostrou pelo nosso País. Foi um interesse que se manifestou através de uma tomada de contacto com a realidade moçambicana e uma divulgação que mereceu ao nosso País o apoio e a solidariedade dos povos e países que vocês representam. Isto, sobretudo, durante os momentos tristes que se seguiram ao desaparecimento físico do nosso querido Camarada Presidente Samora Machel.

Nós sentimos que, no Mundo, existe uma consciência da necessidade de se apoiar a República Popular de Moçambique na sua luta pela consolidação da independência nacional, pela paz e pelo desenvolvimento. Essa solidariedade e esse sentimento de simpatia para com Moçambique têm, estou certo, alguma coisa a ver com o trabalho que a

Imprensa realizou, a todos os níveis. Por isso, queremos cooperar com os órgãos de Informação nacionais e estrangeiros para satisfazer, em parte, a curiosidade que sabemos existir no seio desses povos tão ansiosos em apoiar-nos e em solidarizar-se connosco de uma forma concreta.

Vamos responder-vos, mas estou certo que não vamos satisfazer cabalmente as vossas perguntas, porque estamos num processo e, dentro dos próximos meses, muitas das perguntas e curiosidade existentes serão satisfeitas em vários domínios. É com esta base de entendimento que vou responder o melhor possível, neste momento, às perguntas que os senhores jornalistas vão formular.

O Presidente Joaquim Chissano, pôs-se então à disposição dos jornalistas. Passamos a transcrever, na íntegra, como decorreu a conferência de imprensa.

Um jornalista da Revista STERN (RFA), depois de evocar o Acordo de Nkomati e a limitação dos efectivos existentes nos escritórios do ANC em Maputo, derivados desse acordo, perguntou ao Presidente Joaquim Chissano qual a posição da FPM em relação ao ANC, que, nas suas palavras, é uma das mais importantes organizações em luta contra o regime sul-africano.

Presidente Joaquim Chissano — O Acordo de Nkomati prevê que a África do Sul não vai apoiar grupos ou indivíduos que ataquem Moçambique ou de qualquer modo desestabilizem o nosso País. Por seu lado, a RPM não deve apoiar acções violentas contra a RAS. Esta é a essência do Acordo de Nkomati, no que respeita ao apoio a grupos ou indivíduos. Quanto à questão de limitação do pessoal do ANC em Maputo, não é a questão real do acordo, mas ambas as partes chegaram a entendimento sobre a redução do efectivo nos escritórios do ANC em Maputo, o que quer dizer que a existência do escritório desta organização não esteve em causa. Ficámos, por isso, surpreendidos quando os sul-africanos vieram bombardear os escritórios do ANC.

Em segundo lugar segundo o acordo, somos livres de receber qualquer cidadão sul-africano, desde que não perpetre acções violentas contra a África do Sul a partir de Moçambique. Podemos receber refugiados da África do Sul e instalá-los onde quisermos, segundo as normas internacionais. Isto para responder à 1.ª parte da sua pergunta. No que respeita à nossa posição em relação ao ANC, ela é muito clara: apoiamos a luta do povo sul-africano dirigido pelo ANC e outras organizações democráticas no interior da África do Sul. O que não devemos fazer é ajudar o ANC a desencadear acções violentas na RAS. Comprometemo-nos a não fazê-lo. Fora disso, apoiamos o ANC política, moral e diplomaticamente.

Pergunta (António Couto, pela KANEMO): A estratégia de desestabilização sul-africana afecta, como é bem sabido, a África Austral; contudo, Moçambique é usado como o alvo principal dessa desestabilização. Na opinião de Vossa Excelência, Senhor Presidente, a que se deve essa atenção para com Moçambique?

Presidente — É uma pergunta muito interessante, porque já me foi colocada há semanas atrás, por meios diplomáticos. Para mim está muito claro por que é que a África do Sul está interessada em atacar Moçambique como alvo preferido na região. Em primeiro lugar, porque Moçambique é um País que ascendeu à independência através de uma luta popular que derrotou um regime colonial-fascista.

A África do Sul foi tomada de surpresa pela vitória do Povo moçambicano. Só por isso, a África do Sul tinha de tomar medidas para que na região esta surpresa não se repetisse. Portanto, devia evitar a consolidação de Moçambique como País independente.

Por isso, desde o início (a RAS) ligou-se ao regime minoritário da Rodésia do Sul para tentar sabotar a independência de Moçambique. A África do Sul e a Rodésia não queriam que isso se repetisse na Rodésia, mas isso acabou por acontecer. Agora é a própria África do Sul que tem de defender-se, defendendo o seu sistema do «apartheid». Por isso mesmo é que (a RAS) não quer também a independência da Namíbia, para que não exista um outro exemplo de um País independente através de uma luta popular.

Mas a sua pergunta é: Porquê Moçambique? O nosso País, depois da independência, mostrou a viabilidade de uma sociedade anti-racial e a viabilidade de um rápido progresso num país recém-independente nesta zona. Sabem que, desde 1975 até 80 e 81, Moçambique estava a desenvolver-se de uma maneira muito normal, que era causa de admiração de muitos países do mundo, sobretudo africanos. Isto significa que o País estava a subtrair-se da dependência em relação à África do Sul. E isto não agradava ao regime sul-africano.

Em segundo lugar, a África do Sul quer manter a dependência de todos os países da região, como forma de defender o seu sistema do «apartheid». Além de mais, essa dependência enriquece a África do Sul. Moçambique é um País que tem todas as condições para um desenvolvimento rápido, se não houver desestabilização: tem um bom clima, apesar dos quatro anos de seca; um povo trabalhador e um bom sistema económico, como está provado pelos primeiros cinco anos de Independência. Além disso, tem infra-estruturas — os portos e caminhos de ferro — que servem os países do interior. Se quisermos tirar esses países da dependência económica da África do Sul, temos de pôr em funcionamento estas infra-estruturas. Não só evitar que sejam alvo de ataques mas também reabilitá-las para que possam transportar o máximo de mercadorias.

Hoje, a África do Sul está a receber as mercadorias que vêm destes países do hinterland, está a receber, todas as mercadorias que vão do estrangeiro para estes países do hinterland. Isto dá à África do Sul muitas receitas, ao mesmo tempo que impõe a dependência desses países em relação à própria África do Sul. Estes países são o Zaire, o Malawi, o Botswana, o Zimbabwe. Portanto, podem ver que há vários interesses da África do Sul em relação a Moçambique: interesse em fazer com que Moçambique não sirva de exemplo de desenvolvimento de uma sociedade não racial, democrática, onde todo o trabalho de desenvolvimento social decorra normalmente; a Saúde e a Educação se façam sem discriminação. Isso não interessa à África do Sul. Isso são armas sofisticadas (lembrem-se

que o Camarada Presidente falava de armas sofisticadas) que o «apartheid» pretende destruir, para que Moçambique seja conhecido no mundo como País de fome, de pessoas incapazes de se governarem; um País de doenças, de dívidas. E a África do Sul faz a propaganda nesse sentido. E por isso que nós somos atacados e somos a preferência da África do Sul.

Pergunta (Delegado da agência noticiosa portuguesa NP em Maputo, Augusto de Carvalho): Nestes últimos dias foi muito falada uma entrevista que o Senhor Presidente concedeu a um jornalista do Zimbabwe, em que dizia que Moçambique estaria em vias de entrar numa confederação com o Zimbabwe. Gostaria que o Senhor Presidente comentasse essa afirmação ou essas palavras da entrevista.

Presidente — Infelizmente não li o jornal, para ver como saiu. Lembrou-me apenas que a pergunta me foi feita pelo jornalista do Zimbabwe que me entrevistou. Sei que existe entre os nossos dois países uma sede de ver a nossa unidade forjar-se cada vez mais. Mas o que expliquei ao jornalista do Zimbabwe foi que não se forjam federações de maneira artificial ou por simples desejo. Forjam-se através de um trabalho cujo objectivo não é formar a federação, mas sim a cooperação, a colaboração e a solidariedade entre os povos que se desenvolvem e chegam a formas organizativas que nos podem conduzir à federação ou confederação e à unidade completa dos países. Não se pensa de antemão em criar uma federação e se trabalha para esse fim. Tal ideia vem como consequência do desenvolvimento de relações. E assim que vários outros países fazem a confederação.

Mas não há dúvida nenhuma que existe entre os nossos povos um desejo de incrementar cada vez mais a unidade, cooperação e solidariedade existentes entre Moçambique e o Zimbabwe.

Um jornalista do «The Guardian» (Grã-Bretanha) quis saber do Presidente Joaquim Chissano o que poderia dizer sobre a situação militar na província da Zambézia, após a infiltração maciça de terroristas provenientes do Malawi e sobre os apoios externos que o nosso País estaria a receber para combater o terrorismo.

Presidente — A situação na Zambézia é ainda má, porque a infiltração foi grande na província. Estamos a dar os passos necessários (que não se centram apenas na Zambézia) que visam transformar a situação geral. Estamos seguros que a situação será transformada a nosso favor. Para isso cooperamos com os amigos que quiseram ajudar-nos. Sabem que os zimbabwianos já combatem lado a lado conosco, os tanzanianos têm vindo a cooperar conosco desde há muito. Mas não vou descrever as tarefas dos zimbabwianos neste momento.

Para clarificar a segunda parte da sua pergunta, diria que lançámos um apelo ao Movimento dos Não-Alinhados para uma ajuda de todos os países do Movimento. E essas respostas estão já a chegar, pelo menos, no sentido de haver predisposição para nos ajudarem. Estamos a discutir com alguns destes países os meios e as formas de nos apoiarem. Não vou comentar se tal ajuda envolve forças de ar, terra ou mar, ou simplesmente equipamento ou ainda, a sua participação política, diplomática, ou seja, civil. Não o faço porque é óbvio que não quero informar os nossos inimigos acerca dos nossos planos, seja por afirmação, seja por exclusão.

A pergunta seguinte, de um enviado do jornal soviético IZVESTIA, foi para saber se seria possível o que chamou de uma solução política para o terrorismo através de negociações entre o Partido-Frelimo e a chamada RENAMO.

Presidente — Não sei, em primeiro lugar, o que é a RENAMO. É a primeira questão que se me coloca quando se fala em negociações entre a Frelimo e a RENAMO. Conhecemos os terroristas que existem em Moçambique e que são uma criação dos fascistas portugueses e dos regimes sul-africano e minoritário da Rodésia do Sul. Sabemos que é contra estes que estamos a combater.

Quando me dizem que devemos conversar com eles, eu não sei qual seria o tema: dar-lhes um pouco da nossa terra, da nossa soberania e da nossa dignidade? Ou o quê? Não sei por que lhes deveríamos dar ou o que deveríamos dar à África do Sul ou, anteriormente, à Rodésia embora já não lhes diga respeito pois, apesar de Smith continuar vivo, não creio que ainda precise disso. Porquê deveríamos negociar com os colonialistas que derrotámos na Luta de Libertação? Tivemos conversações com os portugueses e chegámos a acordo (para a Independência).

A questão que se me coloca é: negociar com quem? Com terroristas? A mesma pergunta foi posta por uma moçambicana entrevistada por uma equipa de televisão sueca, que disse: Essa gente é moçambicana? Querem o poder? Querem governar um País com pessoas sem orelhas, nem lábios nem seios? Isto resume todas as respostas que eu poderia dar. Negociar com quem? Com pessoas que nos acusam de ser contra os interesses do Povo mas que incendiam autocarros com passageiros, assassinam crianças? Sabe que 300 mil crianças morreram devido às atrocidades dos terroristas? Acha que deveríamos negociar com os terroristas? Sabemos que houve circunstâncias em que se realizaram conversações com terroristas que mantinham em seu poder aviões ou outros meios, para se poder salvar os reféns, mas não conheço quaisquer negociações com terroristas que apenas aterrorizam as vítimas, praticam o genocídio contra a população do País. Sei, sim que é tarefa de governos responsáveis, defenderem-se e defenderem o Povo e é o que faremos. E, neste caso, (isto) não é apenas preocupação do governo.

próprio Povo que combate este terror, que se prepara para enfrentar os terroristas e isto é o que está a ser feito.

Pergunta (Albino Magala, Director da revista "Tempo"): Senhor Presidente, a minha pergunta é sobre a Comissão de Segurança Moçambique-Malawi. Os jornais dizem, hoje, que ela está neste momento reunida. Devido à ligação do Malawi com a África do Sul não vai acontecer o mesmo que em relação à Comissão Conjunta de Segurança entre Moçambique e a África do Sul; ou seja, que esta Comissão não funcione por causa da dupla face que o Malawi tem perante a problemática da nossa zona?

Presidente — Quando uma delegação do Malawi veio a Maputo apresentar cumprimentos e também propor a realização desta reunião, tornámos claro que a missão da comissão mista entre Moçambique e o Malawi é criar condições de segurança e paz entre os dois países. Portanto, estudar os meios de envolvimento do Malawi para que as infra-estruturas ferro-portuárias que servem o Malawi a partir de Moçambique fossem funcionais, em benefício do próprio Malawi e de toda a região; portanto, dos países da SADCC.

Eu penso que não é possível acriticar o mesmo que em relação aos sul-africanos. O Malawi tem de tomar uma posição clara (positiva), ou negativa. Não pode haver meio termo. Portanto, nós convidamos o Malawi a participar nos esforços de paz. Não queremos dizer que este país deve trazer forças, como o fez, por exemplo, o Zimbabwe. Esta comissão deve estudar o que o Malawi deve fazer no seu próprio território, conosco, e qual a sua contribuição para que se realizem os objectivos económicos do Malawi a partir de Moçambique. Por outras palavras, o Malawi deve participar na liquidação do banditismo armado, deve contribuir para que os bandidos armados, com ou sem o consentimento do Governo malawiano, (não) utilizem o território malawiano. Não é uma comissão de inquérito. Não queremos saber dos méritos do Governo do Malawi neste momento; estamos interessados numa tomada de posição eficaz para os objectivos que são comuns aos dois países e a toda a região.

Um jornalista perguntou, em seguida, se o Presidente moçambicano estaria disposto a reunir-se com as autoridades sul-africanas para resolver as questões existentes entre os dois países.

Presidente — Estamos a trabalhar com o Governo sul-africano e se se tornar necessário que o Presidente se reúna com qualquer personalidade na África do Sul, fá-lo-emos. Mas de momento não há nada que demonstre a existência da necessidade de um tal encontro.

Um representante da televisão suíça colocou ao Chefe do Estado a seguinte: A questão da reabilitação dos caminhos de ferro e portos moçambicanos é fundamental não apenas para Moçambique como para o desenvolvimento da região. Mas isso depende da questão militar e económica. Por um lado, uma cooperação intensificada entre os países da Linha da Frente, no plano militar, poderia resolver a situação de segurança. Por ou-

tro lado, um trabalho conjunto com os países ocidentais — a CEE, os países nórdicos e os Estados Unidos da América — poderia resolver a situação financeira. Até que ponto esta complexa operação política, económica e militar lhe parece desejada e sobretudo viável a curto prazo?

Presidente — Muito obrigado. Comecei a conferência de imprensa por agradecer o trabalho que a imprensa internacional fez e que resultou numa grande simpatia que nós temos no mundo, hoje. Estamos em condições para desenvolver três direcções principais desta luta que travamos. É uma luta diplomática, económica, política e militar. Quando dizemos económica dizemos também social. No nosso País há uma compreensão cada vez mais crescente da necessidade de nos dedicarmos a todos estes sectores. E há um interesse crescente, no mundo, (por parte) de Estados para participarem nesta luta, quer diplomática, quer militar e economicamente. Nisto incluo todos os países — ocidentais e não ocidentais. Não há uma delimitação sobre quem vai ocupar-se apenas de questões militares e quem vai ocupar-se somente das económicas. Em muitos países ocidentais, fala-se hoje da necessidade de se apoiar militarmente o nosso País.

Portanto, estamos, como disse ao responder a uma pergunta anterior, a desenvolver esforços com organizações, com grupos de Estados e com países individuais, incluindo os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a RFA, a Itália, a França, Espanha, Portugal, Brasil e também os países do Terceiro Mundo, através do Movimento dos Não-Alinhados. Portanto, temos a esperança que, dentro de pouco tempo, começaremos a sentir os resultados desse trabalho. Por isso, também disse, no início, que não seria capaz de responder cabalmente às vossas perguntas. Espero que, dentro de meses, as perguntas vão encontrar respostas cada vez mais completas. Nós estamos optimistas.

Sabemos que vai ser difícil. Estamos a tomar medidas que são difíceis. Mas pensamos que os resultados serão benéficos no mais curto prazo de tempo, se nos predispusermos a suportar essas dificuldades. E estamos preparados para isso.

Um representante do Centro de Estudos Africanos da UEM aludiu à administração — considerando também as circunstâncias pouco claras que envolvem a morte trágica do Presidente Samora Machel, o que pensa o Chefe do Estado acerca dos objectivos imediatos deste tipo de pressões da IAS e qual seria a resposta do Governo moçambicano?

Presidente — É para mim difícil responder-lhe, porque ainda não me contactaram a esse respeito. Não sei qual seria a sua exigência, mas estou certo que nada obteriam que pusesse em causa a nossa Independência. Se quisessem a nossa Independência, a nossa soberania, nada obteriam. Mas se quiserem boa vizinhança, paz e são sérios em relação a isso, é o que nós

-apartheid-, mas defendem-no porque a sua visão é curta. Nós oferecemo-lhes, portanto, paz e boa vizinhança, mas não vamos dar-lhes a nossa soberania e independência.

O enviado da BBC aludiu às recentes alegações do Governo sul-africano, particularmente do seu Ministro da Defesa, General Manan, segundo as quais o ANC estaria a operar a partir de Moçambique e quis ouvir o comentário do Presidente, a respeito.

Presidente — Não temos muito a dizer. O problema é se eles querem saber ou não. Nós sabemos e eles também sabem que o ANC não está a operar a partir de Moçambique. Não porque os sul-africanos querem que assim seja, mas porque somos nós que assim o queremos. Sabem que o ANC não está a operar a partir de Moçambique. Se puderem, pelo menos mostrar-nos como é que o ANC opera a partir do nosso País, nós estamos dispostos a parar com isso, sempre que possamos. Os sul-africanos usam tal argumento para justificarem a sua atitude negativa para com Moçambique. Sempre foi assim.

Um jornalista do «The New York Times» interviem: está a falar do apoio da África do Sul à RENAMO? Acusa a RAS de violar o Acordo de Nkomati?

Presidente — Sim.

(O mesmo jornalista) Pode dar pormenores de como o fazem?

Presidente — Sim. Temos bastantes informações em como os terroristas que operam a partir do Malawi fazem-no porque os sul-africanos trabalham com eles, organizam-nos e abastecem-nos pelos meios que eles próprios conhecem. Temos informações acerca de sistemáticas violações do nosso espaço aéreo por aviões provenientes da África do Sul ou de outra parte qualquer, mas que sabemos serem dirigidos por serviços sul-africanos.

(Ainda o mesmo jornalista) Considerando tais factos, pensa acabar com o Acordo de Nkomati?

Presidente — Não vejo por que acabar com o Acordo de Nkomati, porque ele é válido pelo seu próprio mérito. O Acordo de Nkomati é um acordo correcto e, por isso, não queremos acabar com ele. O que queremos é reunir os meios que possamos obrigar a África do Sul a assumir as suas obrigações e a cumprir o acordo. Se o acordo acabasse não teríamos meios para obrigar a África do Sul a cumpri-lo, simplesmente porque teria deixado de existir.

Disse anteriormente que temos, hoje, muitas simpatias no mundo. Queríamos que o mundo soubesse que não é Moçambique que está contra o Acordo de Nkomati, mas a África do Sul. E os povos do mundo compreendem-no. Por que deveríamos acabar com o acordo? Seria melhor que vocês dissessem que a África do Sul não cumpre com as suas obrigações. Esta é a realidade. Se fôssemos nós a violar o acordo, estou certo que a imprensa publicaria em grandes parangonas: Moçambique violou o Acordo de Nkomati (pelo menos a imprensa má, não falo de todos). Mas digam agora que a África do Sul violou o Acordo de Nkomati.

Pergunta (Arlindo Lopes, pelo «Notícias» e «Domingo»): Senhor Presidente, sabemos que está em preparação um programa de reabilitação económica do nosso País. Quer Vossa Excelência dizer-nos quais as linhas gerais do projecto; que certamente, irá envolver todas as forças produtivas nacionais e requerer mais investimentos estrangeiros?

Presidente — A reabilitação económica é um processo muito complexo e comporta muitas exigências. Ele vai exigir muitos sacrifícios do nosso Povo. Mas é um processo que visa transformar radicalmente o desenrolar da situação económica do nosso País sempre para o melhor. Não se trata somente de recorrer aos investimentos estrangeiros.

Em primeiro lugar, exige-se que contemos com as nossas próprias forças, utilizando da melhor maneira todos os nossos recursos, organizando-nos de uma melhor maneira na gestão da nossa economia. Temos de mobilizar todas as nossas forças. Como vê, desde logo, envolve um trabalho mais intenso do nosso Partido e do nosso Estado, a orientação de mecanismos que permitam maior ligação e uma constante presença na base; portanto, maior ligação entre a base e a direcção e uma maior presença da direcção na base.

Temos directivas muito concretas do nosso Comité Central, desde a sua 5.ª Sessão, para se alcançarem estes objectivos. Estamos a trabalhar arduamente para que, em muito breve espaço de tempo, possamos começar a aplicar esses mecanismos. A reabilitação económica vai visar, em primeiro lugar, acabar com a fome. Por isso, vai concentrar-se muito no desenvolvimento da nossa agricultura. Muitos dos nossos recursos vão ser orientados para a agricultura. O objectivo é produzir alimentos suficientes para o abastecimento da população e também da nossa indústria, particularmente aquela que pode providenciar bens de consumo prioritários para a população.

Em segundo lugar, a agricultura será para produzir produtos de exportação, para reduzirmos a nossa dependência desses empréstimos e créditos do exterior. Temos de diminuir a nossa dependência externa. A indústria também vai ser desenvolvida, principalmente a indústria que apoia a agricultura. Portanto, recursos também vão ser orientados para estes domínios.

Medidas de austeridade vão ser impostas, assim como medidas correctivas que vão incidir sobre muitas questões no seio do Aparelho do Estado e dos sectores sociais. Esta é uma das questões que, em breve, vão ser mais claras: Vamos ter, em breve, a nossa Assembleia Popular e ela vai responder melhor à sua pergunta. Depois disso, teremos muito trabalho nós, na direcção do Partido e vocês, particularmente, os da imprensa, para explicar todas as medidas que vamos tomar e para indicar ao nosso Povo que são medidas de esperança. Aqui, em Moçambique, diríamos que vamos tirar matequenha. E quando se tira matequenha, dói. Mas uma vez ela tirada, ficamos satisfeitos e aliviados. Portanto, vai doer, mas temos de aceitar esta «operação cirúrgica».

A pergunta seguinte referia-se ao trágico acontecimento de 19 de Outubro último, em Mbuzi. Um jornalista perguntou se o Presidente Joaquim Chissano ou o Governo moçambicano têm alguma ideia sobre as causas do despenhamento do avião em que morreu o Presidente Samora Machel.

Presidente — Não quero fazer como os sul-africanos, que tiram conclusões antes do início das investigações. Estamos ainda a investigar as causas. Temos, certamente, questões intrinsecas que nós colocamos a nós próprios, mas temos de aguardar pelo fim das investigações para que possamos tirar as conclusões necessárias.

Pergunta (Carlos Cardoso, da AIM): Antes da morte do Presidente Samora Machel, o Governo moçambicano emitiu um comunicado alertando para a iminência de um ataque directo da África do Sul ao País. A situação alterou-se ou ainda existe tal possibilidade?

Presidente — Sim, essa possibilidade existe sempre. A África do Sul não cessa de apresentar argumentos que não servem senão para construir um clima de maior tensão e hostilidade. Aqui mesmo, nesta sala, ouvimos jornalistas dizendo que a África do Sul continua a insistir que, em Moçambique, existem bases do ANC para atacar a África do Sul. Ouvimos também informações segundo as quais há grande movimentação na fronteira e isso pode constituir um sinal de provocação. Mas nós estamos a tomar as medidas necessárias para que essas provocações não tenham sucesso. Estamos a tentar manter a nossa calma e a manter os contactos necessários para isso e que é normal existirem entre dois países. Esperamos que os sul-africanos compreendam — e vão compreender um dia — que não é agradável Moçambique que vão acabar com a luta contra o «apartheid» na África do Sul. Moçambique não é a razão de ser dessa luta na África do Sul. Na RAS a luta contra o «apartheid» começou muito antes de nós começarmos a nossa luta pela Independência. Não é por causa dessas acusações esporádicas, feitas com muita insistência, sobre a existência de infiltrações de pessoas vindas de Moçambique que se constitui a luta da África do Sul. É um facto que lá existe luta.

O jornalista José Caetano, do «Financial Mail» (Joanesburgo) pediu ao Chefe do Estado para que comentasse acerca dos progressos feitos nas investigações sobre o despenhamento do avião presidencial e sobre o comportamento da parte sul-africana no inquérito.

Presidente — Não podemos responder nada sobre as investigações, porque a parte essencial desse trabalho tem estado a decorrer fora da nossa região e temos de esperar até que sejam feitas análises ao material que os investigadores estão lá a conseguir obter. Em relação à segunda parte da pergunta, posso dizer que finalmente, temos informações de que existe cooperação no seio da equipa de investigação. Os sul-africanos não nos deram mais problemas, desde que partiram para a Suíça e não sei se nos virão a dar problemas depois, como o fizeram anteriormente.

Um correspondente italiano aludiu às alegações de certa imprensa internacional segundo as quais oito províncias moçambicanas estariam ocupa-

das pelos terroristas e que que o dirigente máximo da nossa Revolução explicaste qual a real situação militar no País.

Presidente — Vou dizer que há terrorismo, não em oito províncias mas em em todo o País. Para um italiano será simples compreender que pode haver terrorismo sem ocupação. Tem havido experiência de terrorismo na Itália e, entretanto, nunca se poderia pensar que houvesse ocupação. Quando está no seu país, certamente que ouve dizer que Maputo está ocupada ou está a ser atacada pelos terroristas; no entanto, o senhor está aqui a entrevistar-me, em Maputo. Por outro lado, não admiraria nada que depois desta entrevista pudesse ouvir dizer que uma criança foi morta, um machimbombo queimado ou que uma maternidade foi atacada e uma mina explodiu na praia. Tudo isso é possível acontecer em qualquer país, sem ser necessário que esse país esteja ocupado. Quero assegurar-lhe que o Povo moçambicano não vai deixar que os terroristas tomem o poder. Já o disse aqui, é o Povo que tem essa decisão na mão e está a organizar-se para esse efeito.

(O mesmo jornalista): Fala-se também numa RENAMO que é cada vez mais forte e que o Exército moçambicano não consegue parar as suas acções...

Presidente: Vai parar (essas acções). O Povo vai pará-los. Ninguém pode ser mais forte que o Povo. E o

Povo está com o seu Governo e com o seu Partido.

Outro jornalista estrangeiro pediu pormenores acerca das violações do espaço aéreo nacional por aviões sul-africanos em voos de reabastecimento aos terroristas: quantas violações e quando se verificaram pela última vez? E em relação à guerra em si, o Presidente acredita numa solução militar e quanto tempo irá levar?

Presidente — Há pouco falei em português quando respondi a uma ques-

tão semelhante. (Disse que) a luta que travamos aqui é de natureza militar, económica, social, diplomática e política. Temos de ganhá-la em todos esses domínios. Não estamos a depender apenas dos militares. Para que o aspecto militar tenha êxito, necessita do apoio dos restantes. E todos os restantes necessitam do apoio do sector militar.

Quanto às violações não trouxe comigo uma lista dos dias mencionados nos relatórios que recebemos dos nossos serviços e das nossas forças (de Defesa e Segurança) para lhe fornecer agora. Mas possuímos essas informações acerca das violações do espaço aéreo.

Pergunta: E pode dizer-nos quando foi a última vez?

Presidente — Toda a operação através do Malawi tem sido apoiada por diversos meios, incluindo o aéreo.

Pergunta: Mesmo os voos de reabastecimento?

Presidente — Sim. Você sabe como é que os sul-africanos têm operado até aqui. Escolhem os meios para o lançamento: aterram em pistas, lançam pára-quadras, usam helicópteros e por aí fora.

Um outro jornalista perguntou, em seguida, a razão da inclusão da parte económica na solução prevista para o problema do terrorismo.

Presidente — Deixe-me responder-lhe brevemente a esta pergunta, que é a mais fácil que me foi feita até agora, nesta conferência de imprensa. Sabe que o nosso Povo tem de vestir-se e alimentar-se. Se assim conseguir, estará em melhores condições para resistir a qualquer ameaça. Agora que está esfomeado, resiste. Imagina o que seria se estivesse bem alimentado, se pudesse ter os medicamentos, vestuário, calçado e, mais tarde o equipamento para os soldados e para o Povo, se pudesse adquirir por si alimentação? Tudo isto é economia. Isto baseia-se no desenvolvimento económico, na existência de todos os meios para alimentar o Povo e os combatentes. Tudo isto, repito, depende da luta económica.

Finalmente, um jornalista quis saber como é que o Chefe do Estado avalla as primeiras semanas de exercício da Presidência da RPM e se gostava do cargo.

Presidente — Gosto, porque estou a cumprir uma tarefa que me foi confiada pelo meu Partido e pelo Povo. É neste sentido que gosto. Mas devo dizer-lhe que eu já sabia, antes de assumir estas funções, que era uma tarefa árdua.